

R
d

ATA N.º 21

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, na sede da Junta de Freguesia, na Lousã, reuniu em sessão ordinária nos termos do disposto nos nºs 1, al. a), 2 e 3 do artigo 12.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Informação escrita da Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira, conforme alínea e) do nº. 2, do art.º. 9 da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro, referente ao período de 21/06/2025 a 19/09/2025.

Ponto 2 – Ratificação das alterações ao Mapa de transferência de bens móveis e imóveis e Mapa de transferência de contratos e outros direitos e obrigações.

Feita a chamada verificou-se a presença de: Carlos Dias, Salomé Dias, Carlos Costa, Rute Carvalho, Tiago Catela, António Manuel Rodrigues do Partido Socialista; Paulo Magro, David Silva e Luísa Basílio da Coligação é Hora de Mudar (PPD/PSD/CDS), e Emídio Ventura, do Bloco de Esquerda. Compareceram ainda Ana Filipa Correia, em substituição de Filipe Amado, do Partido Socialista, Ana Ferreira em substituição de Ângela Miguel e Fábio Carlos de Jesus em substituição de João Paulo Barata, da Coligação é Hora de Mudar (PPD/PSD/CDS).

Face à ausência de Ângela Miguel, o presidente da mesa convidou Ana Filipa Correia a integrar a mesa em substituição da mesma e iniciou os trabalhos.

Carlos Dias iniciou a sessão, cumprimentando os presentes. Seguidamente, foi aprovada por unanimidade a ata da última Assembleia.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra, não havendo inscrições.

No Ponto antes da Ordem de trabalhos, registaram-se as inscrições de Tiago Catela, David Silva e Paulo Magro.

Tiago Catela começou por felicitar o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos, tanto pela Assembleia como pelo Executivo, sublinhando que este deixará uma marca positiva. Referiu que quem vier a assumir a gestão das duas freguesias (Lousã e Vilarinho) encontrará “uma casa bem arrumada” e um orçamento equilibrado. Assinalou ainda que, no seu entendimento, a sala onde decorrem as sessões não reúne as condições necessárias para o efeito.

R
8

controlo de ervas, tarefas que consumiram muito tempo. Ainda assim, considerou que foram concretizadas várias iniciativas que marcaram o mandato e das quais o Executivo se orgulha.

Relativamente às observações do Paulo Magro, reiterou o compromisso com a transparência. Esclareceu que, face ao pedido de extratos mensais de janeiro a agosto, foi elaborado um documento com os saldos até 19 de agosto, uma vez que não existem extratos mensais formais. No que respeita às festas, explicou que a opção do Executivo foi incluir nelas a animação de rua considerada adequada em cada local, tendo sido contratada música, e contado com o apoio dos comerciantes locais, da Marcha dos Cinco Lugares e da Academia de Música da Lousã. Sobre a questão da participação política, afirmou que, sendo também cidadã e militante, exerce também atividade partidária. A Presidente da Junta acrescentou, relativamente à questão da Lei da Paridade, que, no seu entender, estava em conformidade.

O Presidente da Assembleia tomou depois a palavra para esclarecer que, no que respeita ao denominado Requerimento n.º 10, este foi apresentado cerca de um ano depois da constituição do Executivo. Recordou que a Coligação *Hora de Mudar* votou favoravelmente a constituição do executivo, mas mais tarde alterou a sua posição. Acrescentou ainda que, na altura, a sua própria posição foi devidamente fundamentada e não revelava quaisquer dúvidas quanto à legalidade, razão pela qual não foi considerado necessário solicitar parecer externo.

Após análise dos documentos entregues pela Senhora Presidente, pediu a palavra Luísa Basílio, que questionou a razão pela qual não foram disponibilizados os extratos bancários. Acrescentou, ainda, que as folhas não tinham formalismo algum, que mais parecia uma "contabilidade de mercearia". Embora assinadas pela presidente da junta as folhas com os saldos bancários e com os resumos dos gastos com as festas de verão deveriam apresentar-se com o formalismo devido, em papel timbrado e devidamente datado e assinado.

Respondendo, pela presidente foi assumido o compromisso em substituir aqueles documentos por outros com o formalismo devido e os enviar aos membros da assembleia.

O Presidente da Assembleia tomou a palavra, afirmando ter sido uma honra exercer o cargo, pedindo desculpa por algum eventual mal-entendido ou situação menos bem resolvida. Agradeceu às colegas da Mesa, efetivas e suplentes, salientou com agrado o papel interventivo da Assembleia e o debate de ideias que, a seu ver, valorizou os trabalhos, reforçando que este é o órgão de base mais próximo da população. Dirigiu também agradecimentos ao Executivo e aos funcionários.

Por fim, o Presidente da Assembleia propôs a aprovação da ata em minuta no que diz respeito às deliberações e à atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata com a redação que for mais conveniente. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

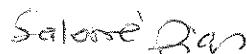
E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia às vinte e uma horas e catorze minutos.

Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

Carlos Alberto dos Santos Ferreira Dias



Salomé Dias



Ana Filipa Correia

